

Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo

Population and formal jobs spatial dispersion in contemporary Brazilian influence regions

Carlos Lobo
Raflo Matos

Resumo

Desde finais da década de 1970, vários autores aventaram a hipótese de reversão da polarização no Brasil, como proposto pelos modelos aplicados nos países desenvolvidos. Diante das controvérsias, o objetivo deste trabalho foi avaliar a magnitude da dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras, definidas pelo IBGE. Foram utilizadas as bases dos últimos Censos Demográficos e da Relação Anual das Informações Sociais, a partir das quais foi possível identificar os fluxos da população e da mão de obra ativa formal. Os resultados indicam a intensificação na ocupação dos espaços além das Regiões Metropolitanas. No caso da metrópole paulista, o crescimento desses deslocamentos para sua Região de Influência direta parece confirmar uma espécie de "dispersão polinucleada".

Palavras-chave: dispersão espacial; migração; mobilidade de trabalhadores formais; regiões de influência e dispersão polinucleada.

Abstract

Since late 1970s, several authors have worked on the polarization reversion hypothesis in Brazil, as suggested by the models applied in the developed countries. Considering the existing controversies, this research aims at evaluating the current population spatial dispersion magnitude on the main Brazilian metropolises Influence Regions, defined by IBGE. The data for this research was extracted from the last Demographic Censuses and from the Annual Relation of Social Information, based on which it was possible to identify population and active formal workers flows. The results indicate the occupation of spaces expansion beyond the of Metropolitan Regions limits. In the case of São Paulo metropolis the increase of these population flows to its Influence Region seems to confirm a kind of "polynucleated dispersion".

Keywords: *spatial dispersion; migration; formal workers mobility; influence regions; polynucleated dispersion.*

Introdução

Além das controvérsias que resultaram da difusão de expressões como “reversão da polarização”, “desconcentração concentrada”, “desenvolvimento poligonal”, entre outras, há um relativo consenso acerca das evidências empíricas de declínio do crescimento demográfico de grandes centros metropolitanos brasileiros nas últimas décadas do século passado. Embora os processos de urbanização e metropolização no Brasil sejam ainda relativamente recentes – o que exige cuidado no uso de expressões como despolarização ou mesmo desconcentração – os dados referentes aos dois últimos Censos Demográficos parecem confirmar uma tendência de dispersão espacial da população, a despeito de os principais centros metropolitanos continuarem mantendo suas posições hierárquicas do ponto de vista macrorregional, atraindo expressivos contingentes populacionais.

Mesmo tendo em vista as contribuições da economia regional *estricto senso*, há um debate que requer aprofundamento quanto à distribuição espacial da população, notadamente no que se refere aos movimentos migratórios e aos deslocamentos da força de trabalho. No âmbito da geografia regional, são poucos os trabalhos sobre migrações internas que se utilizam de informações censitárias para estimar os movimentos da população no espaço. Escasas também são as pesquisas voltadas para a análise espacial dos estoques e deslocamentos da população inserida no mercado de trabalho formal. A investigação sobre a distribuição e os fluxos da população permite reconhecer dimensões ainda pouco exploradas do processo de desconcentração ou dispersão espacial da

população e é por essa lacuna que este estudo pretende trilhar.

O objetivo é avaliar a atual magnitude da dispersão espacial da população e da força de trabalho no Brasil, tendo como recorte espacial de análise as Regiões de Influência das principais metrópoles, estabelecido pelo IBGE.¹ Pode-se perguntar se haveria um rearranjo dos fluxos migratórios e dos deslocamentos da força de trabalho ativa no interior das Regiões de Influência das principais cidades brasileiras. Seria a dispersão espacial evidenciada pela intensificação e difusão da influência metropolitana? Ou essa dispersão é ainda muito incipiente, estando ainda restrita às periferias das metrópoles?

Diante desse propósito, foram utilizadas as bases referentes aos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e à Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) de 1996 a 2005, a partir das quais foi possível identificar os estoques e fluxos da população residente e da População Ativa Formal (PAF). O pressuposto principal é de que essa dispersão se materializa no crescimento dos estoques de pessoas residindo e/ou trabalhando fora e em espaços mais distantes das principais Regiões Metropolitanas do país, bem como no incremento do volume dos fluxos de população migrante e dos deslocamentos da PAF para os municípios de cada uma das Regiões de Influência, considerada a distância envolvida nos vetores que representam esses fluxos.

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho investigar os fatores sociais, políticos ou econômicos determinantes da dispersão espacial, a elaboração e divulgação de indicadores específicos podem ser úteis à elaboração e proposição de políticas públicas necessárias à redução das desigualdades regionais no país.

Em várias circunstâncias, a redistribuição da população residente e dos trabalhadores formais deixa de ser uma mera consequência de determinados processos espaciais, tornando-se catalisadora de profundas mudanças na realidade regional, a exemplo do papel da migração na dinamização do estado de São Paulo ou do Centro-Oeste brasileiro.

Reversão da polarização, desconcentração ou dispersão espacial da população. Aspectos teóricos e conceituais

Richardson (1980) é um dos textos-referência sobre o processo de reversão da polarização (RP). Nessa obra, o autor afirmava que o crescimento continuado da concentração das atividades econômicas não leva ao aumento continuado da eficiência. Os benefícios marginais derivados da escala urbana e da concentração produtiva tendem a diminuir a partir de certo tamanho de população. Os custos médios de prover infraestrutura física, serviços públicos e administração governamental local aumentam em termos per capita com o crescimento da cidade. Dessa forma, a relação custo-benefício altera-se diante dos custos crescentes. Richardson sugere que o ponto de inflexão e os custos sociais marginais refletem o começo de crescentes deseconomias de aglomeração resultantes do incremento de diversos tipos de congestionamentos urbanos; da elevação do preço médio da terra urbana (que passa a sofrer concorrência entre usos alternativos de

solo); do aumento do custo de vida devido aos gastos crescentes de transporte e habitação (explicados em parte pelas altas do preço da terra); da expansão da criminalidade e piora das condições de vida.

Para Redwood III (1984), o momento decisivo de início da RP refere-se à intensificação das deseconomias de aglomeração e reflete incrementos derivados da elevação dos custos de moradia e trabalho. Esse processo caracteriza-se pela mudança da tendência de polarização espacial na economia nacional, a partir da qual ocorreria a dispersão espacial para fora da região central. Essa mudança manifesta-se por uma seqüência de fases: no início haveria um processo bem definido de concentração econômica, quando se estabelece um centro e uma periferia; em seqüência ocorreriam transformações estruturais na área central, momento em que os núcleos adjacentes passariam a apresentar crescimento mais acelerado que o centro; o terceiro estágio marcaria o início do processo de reversão da polarização, quando a dispersão ganharia maior amplitude; na seqüência a dispersão também atingiria os centros secundários; e finalmente a área central começaria a perder população.² Ainda de acordo com Redwood III (*ibid.*), o crescimento demográfico e econômico das cidades secundárias reflete a combinação de diversos fatores, que em várias circunstâncias exigem a intervenção pública na economia local.

Richardson, todavia, para além da expansão das cidades secundárias no entorno do core metropolitano, afirma que a difusão regional do crescimento é a própria manifestação do processo de reversão da polarização.³ Para esse autor, a

Polarization reversal may be defined as the turning point when spatial polarization trends in the national economy give way to a process of spatial dispersion (grifo nosso) out of the core region into other regions of the system. [...] This process of interregional dispersion is the main feature of PR. (Richardson, 1980, pp. 67-68)

Talvez seja exatamente essa dispersão regional o principal aspecto controverso sobre a ocorrência da reversão da polarização no Brasil. Várias foram as tentativas de aplicação desses modelos para o caso brasileiro, cujas particularidades estruturais e setoriais oferecem dificuldades à interpretação desse fenômeno. Um dos primeiros trabalhos que avaliou a possível reversão da polarização no Brasil foi realizado por Townroe e Keen (1984). Esses autores consideram que esse processo se verifica a partir do ponto em que a concentração da população urbana na região central começa a declinar, de modo que a razão entre a população da maior cidade e a população total do estado começa a decrescer.⁴

Redwood III (1984) apresentou outras evidências sobre o caso brasileiro. Com a constatação da perda da participação do estado de São Paulo a partir de finais da década de 1950, esse autor acreditava que estaria em curso um processo de desconcentração das principais áreas metropolitanas que favorecia os centros secundários mais próximos. Ao trabalhar com as principais tendências demográficas e a localização da atividade industrial, foram encontradas evidências de que os processos de suburbanização, de descentralização urbana e de reversão da polarização se difundiam em todo o sistema urbano (ibid.).⁵ É essencial, nessa interpretação, a atenção dirigida às necessidades

das cidades secundárias, que cumprem papel fundamental na eficiência econômica e no desenvolvimento regional. Ao examinar o desenvolvimento econômico regional, o autor sugere que certos tipos de atividade industrial tendem naturalmente a se localizar nessas cidades. As indústrias de bens intermediários baseadas em recursos naturais (química, plásticos, madeira, papel e metalurgia, incluindo aço) podem estar localizadas próximas de grandes cidades, de modo a reduzir custos de transportes valendo-se da proximidade dos mercados. Outro grupo de indústrias se dirige às cidades secundárias para se servir dos mercados locais protegidos da concorrência externa, dados os custos de transportes relativamente altos. Alguns serviços de maior magnitude e mais especializados, tais como universidades, hospitais, algumas atividades comerciais, também procuram se instalar em centros médios.

Apesar de atraentes, as proposições sobre a reversão da polarização no Brasil sofreram inúmeras críticas. As controvérsias envolvem desde as evidências empíricas, até o tipo de variáveis e a metodologia utilizada. Azzoni (1986), por exemplo, critica o fato de o tamanho da cidade ser considerado com indicador de economias aglomerativas. Ao admitir que as vantagens aglomerativas estão presentes no ambiente urbano, a exemplo da linha de polarização psicológica e do transporte de ideias, é imprescindível considerar a região como capaz de gerar um campo de atração sobre novos investimentos. A ideia essencial é que a atração regional transcende o ambiente urbano, embora os custos locais sejam essencialmente urbanos. Para Azzoni, era no mínimo apressada a suposição de que haveria um processo de reversão da polarização no Brasil. Pelo contrário,

[...] as evidências indicam que, longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país, em um processo do tipo “desconcentração concentrada”. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, e separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial. (Ibid., p. 126)

Azzoni acreditava que a Região Metropolitana de São Paulo não deve ser tomada como referência para análise das alterações espaciais no estado paulista. Ao considerar a ação de um “campo aglomerativo”, o autor apontou um conjunto de cidades, num raio de aproximadamente 150 km da Região Metropolitana, com alto poder de atração sobre os investimentos industriais e consequentemente sobre a população. À medida que aparecem novos avanços tecnológicos, esse campo aglomerativo amplia-se e reduz o próprio poder de atração do núcleo central.⁶

Diniz (1993), ao contestar alguns dos pressupostos e os resultados apresentados por Azzoni, incorpora uma série de outros aspectos a considerar, além das economias de aglomeração.⁷ Desses aspectos, Diniz destaca cinco: a) a distribuição espacial dos recursos naturais; b) o papel do Estado; c) o processo de unificação do mercado nacional e suas implicações para a concorrência intercapitalista e para as estruturas produtivas regionais; d) as economias de aglomeração; e) a concentração regional da pesquisa e renda, que cria obstáculos à

desconcentração regional da indústria. Avaliando o processo recente de desenvolvimento industrial e desconcentração econômica, esse autor propõe um novo tipo de dualismo espacial. A área desenvolvida e verdadeiramente dinâmica estaria restrita a um “polígono” que abrange o Sul e parte do Sudeste brasileiro, estendendo-se de Belo Horizonte a Porto Alegre, ficando de fora o Rio de Janeiro e a maior parte do território brasileiro. Nesse espaço,

[...] é mais apropriado considerar o Brasil como um caso de desenvolvimento poligonal, onde um número limitado de novos polos de crescimento ou regiões tem capturado a maior parte das novas atividades econômicas. O resultado está longe de ser uma verdadeira desconcentração, especialmente porque os novos centros estão no próprio estado de São Paulo ou relativamente próximos dele. (Ibid., p. 35).

Para Diniz, era restrita a abrangência espacial da suposta reversão da polarização para o caso brasileiro. O autor ainda acrescenta

[...] não parece que esta tendência de reversão em sentido amplo continuará até o final do século. Ao contrário, a grande ênfase em indústrias de alta tecnologia e o relativo declínio e fracasso das políticas regionais e do investimento estatal abrem uma terceira possibilidade. Nesta, o processo de desconcentração será enfraquecido e o crescimento tenderá a se circunscrever ao estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele. Estamos chamando este processo de aglomeração poligonal. (Ibid., p. 54)

As conclusões de Diniz (ibid.) introduzem a ideia de que o resto do país estaria à margem dos efeitos cumulativos do desenvolvimento do

core paulista. Na verdade, o autor não trabalhou com uma temporalidade prospectiva de longa duração e, assim, não vislumbrava determinadas possibilidades de desenvolvimento econômico para o resto do país fora do padrão técnico-moderno que as sociedades de consumo dos países desenvolvidos prefiguram, e que, evidentemente, se encontra presente nos grandes centros urbanos do Centro-Sul brasileiro (Matos, 2003). Análises com base nas redes geográficas e, particularmente, nas redes urbanas mostram-se mais eficientes à reflexão econômico-espacial do que as análises baseadas em uma visão cartográfica dual do território brasileiro presentes em recortes espaciais como o do polígono “virtuoso” de Diniz, onde o país se resume a dois, o que está dentro do polígono e o que está fora. As redes podem expressar dimensões abstratas, mas comumente traduzem materialidades espaciais. São espaços e subespaços em movimento. São lugares articulados por fluxos multivariados. Fluxos de pessoas, capitais, informações, ideias e culturas. As redes mais importantes estão carregadas de técnica e história social, sendo, portanto, construções dinâmicas relativamente duráveis. As redes urbanas, por exemplo, são depositárias de estruturas sociais pretéritas e futuras, tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido à vida de milhares de pessoas, famílias e instituições.⁸

Matos (1995) acredita que importantes mudanças no padrão de distribuição espacial da população estão em curso, sem se conhecer, no entanto, qual é o real alcance desse fenômeno, e se as explicações existentes são suficientemente abrangentes. É seguro dizer, contudo, que tanto as pessoas quanto as atividades econômicas reagem aos impactos das desconomias de aglomeração buscando localizações

alternativas. A migração pode responder aos fatores de expulsão do meio urbano (notadamente aos custos de moradia e à escassez de emprego), mas pode também se associar a outro grupo de causas, não econômicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades, como no retorno às localidades de origem após a aposentadoria. É indiscutível que boa parte da expansão da urbanização do país nas últimas décadas deriva dos efeitos multiplicadores de espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste. Esse processo estimulou o adensamento da rede urbana e os vínculos de complementaridade entre as centralidades. A suposição que a realidade brasileira possa se enquadrar no modelo analítico da reversão da polarização, ou mesmo em uma mudança de tendência demográfica de longo prazo, parece uma generalização simplista, conquanto o país esteja de fato passando por um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual os movimentos migratórios internos e os deslocamentos da força de trabalho assumem importante papel explicativo.

Fluxos migratórios e dispersão espacial

Os deslocamentos da população e a organização do espaço regional são nexos importantes na literatura há muito tempo. Quando Ravenstein formulou suas teses sobre os movimentos migratórios, ainda em finais do século XIX, apresentava explicitamente a relação entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população. As principais

regularidades encontradas por esse autor diziam respeito à distância, aos movimentos por etapas, à configuração das correntes e contracorrentes, à predominância da migração feminina e também ao fato de que as migrações tendiam a gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial ou comercial.⁹ Quase um século mais tarde, Lee (1980) retomou as formulações de Ravenstein, incorporando informações a respeito dos movimentos internos nas sociedades de capitalismo tardio. Na interpretação desse autor, a decisão de migrar está vinculada a uma decisão que leva em conta os chamados fatores positivos e negativos nas áreas de origem e destino. Lee também acredita que a migração nunca é completamente racional. Dessa forma, é natural que pessoas distintas sejam afetadas de maneira diferente por uma série de obstáculos ou incentivos à possibilidade de migrar.

Singer (1973), contudo, considera a migração como um reflexo da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal é o acirramento das desigualdades regionais. Para esse autor,

É claro que qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam na medida em que as decisões locais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada. (Ibid., p. 222)

Ao analisar a migração, Singer identifica os chamados “fatores de atração” e os “fatores

de expulsão”. Os primeiros referem-se à necessidade de mão de obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos que funcionam como forças de concentração espacial. Os fatores de expulsão podem ser divididos em: “fatores de mudança”, decorrentes da penetração do capitalismo no campo e a adoção de um sistema poupador de mão de obra; e os “fatores de estagnação”, associados à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras. Para Singer, a distinção entre áreas de emigração (sujeitas aos fatores de mudança) e de estagnação permite visualizar melhor suas consequências. As regiões de mudança perdem população, mas a produtividade aumenta, o que permite, pelo menos em princípio, uma melhora nas condições de vida locais. Já as áreas de estagnação apresentam deterioração da qualidade de vida, funcionando às vezes como “viveiros de mão de obra” para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas.

Nessa mesma perspectiva estruturalista, há, tanto na economia como na demografia, vários autores que expressam a migração como mobilidade, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho do país. O desenvolvimento desigual do sistema capitalista faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando grandes reservatórios de mão de obra. Apesar de seu mérito, boa parte dessas teses responde apenas parcialmente a determinadas causas da migração, não vinculadas tão somente às necessidades estruturais do capitalismo. Além disso, essas formulações não enfatizaram as externalidades que poderiam transformar os espaços de destino dos fluxos

migratórios, ignoravam as vantagens comparativas a favor das localidades não centrais e não puderam avaliar o peso da imigração de origem urbana nem da migração de retorno (Matos, 1995). Também investiram de modo insuficiente no entendimento dos efeitos positivos que a migração pode gerar na dinamização das regiões de destino, no que diz respeito à oferta de mão de obra qualificada, a certas possibilidades de novos investimentos e de intercâmbio técnico, por exemplo. Nesse sentido, mais que um indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas, a migração reflete processos sociais mais complexos, cujas consequências vão além dos aspectos estruturais da economia.¹⁰

Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos agentes sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem alimentar o dinamismo das formas e funções que compõem e caracterizam o espaço geográfico. Para Santos (1996), a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual que é, ao mesmo tempo, causa, condição e resultado. Essa condição de fluidez é particularmente relevante nos estudos sobre as migrações internas, que por definição envolvem o movimento de populações entre pontos do espaço, em um determinado intervalo de tempo. As migrações são, em essência, fluxos que se manifestam e se materializam no espaço. A abordagem regional torna-se, nesse aspecto, relevante para a compreensão dos deslocamentos da população e da força de trabalho e para a explicação de diferenciações espaciais que se consolidam.

As regiões de influência das cidades (REGICs): a dimensão regional da dispersão

De acordo com o IBGE, a delimitação das Regiões de Influência das Cidades dá continuidade à tradição de estudar a rede urbana brasileira e visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas. Os estudos anteriores realizados nos anos de 1966, 1978 e 1993 definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços. A atualização realizada em 2007 e divulgada em 2008 retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE em 1972, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.

A atual proposta estabeleceu uma classificação hierárquica dos centros metropolitanos do país e delimitou suas áreas de atuação, denominadas Regiões de Influência (RI). Foi privilegiada a função de gestão do território, como sugerido por Corrêa, quando observou que o centro de gestão do território

[...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (Corrêa, 1995)

Duas etapas metodológicas são centrais na definição e hierarquização dos centros de

gestão do território e na delimitação de sua região de influência. De modo simplificado, a hierarquização da rede de cidades privilegiou dois níveis de centralidade: a Gestão Federal, avaliada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal; e a Gestão Empresarial, conjugada com a presença de diferentes equipamentos e serviços (estabelecimentos de ensino superior, saúde, comércio e serviços, instituições financeiras, redes de televisão aberta, conexões aéreas e internet). Classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição no âmbito da gestão federal e empresarial, integram o conjunto final 711 centros de gestão do território. A intensidade das ligações entre as cidades permitiu estabelecer suas áreas

de influência e a articulação das redes no território. Para investigar a articulação desses centros, foram considerados os eixos de gestão pública e de gestão empresarial, complementados pelos serviços de saúde. As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa, e permitiram identificar 12 redes de primeiro nível. A partir de algumas adaptações dessa proposta divulgada pelo IBGE, as Regiões de Influência (RIs) utilizadas neste trabalho estão representadas na Figura 1, que identifica as onze divisões regionais que compõem o primeiro nível hierárquico estabelecido nas REGICs 2007.

Figura 1 – Regiões de Influência direta das principais metrópoles brasileiras (REGIC 1997)



Fonte: Extraído e adaptado de IBGE 2007.

Os recortes espaciais das Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras do IBGE (2008), sobrepostos à divisão municipal conforme divisão político-administrativa de 2000, serviu de referência às tabulações e à análise de dados explorados nesta pesquisa. Mais que isso, essa regionalização permitiu avaliar a intensidade da dispersão espacial da população no interior das respectivas Regiões de Influência. Essa atualização metodológica trazida pela REGIC 2007, mesmo que possa suscitar ressalvas e limitações, oferece um retrato mais aproximado das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os fluxos de migrantes e da força de trabalho são especialmente relevantes.

(Re)distribuição espacial da população e do emprego formal

Sinais de dispersão espacial da população brasileira podem ser identificados pelas entradas e saídas de população nos municípios das principais Regiões Metropolitanas do país, consideradas a partir dos fluxos referentes a migração de Data Fixa,¹¹ nos períodos 1986/1991 e 1995/2000. No caso da RMSP, o saldo migratório manteve-se negativo e consideravelmente elevado nos dois quinquênios, resultado direto do sensível crescimento no volume de emigrantes. Como observado na Tabela 1, no intervalo

Tabela 1 – Fluxos migratórios entre as regiões metropolitanas e os municípios da mesma REGIC (fluxos intra-REGIC)
Migração de Data Fixa - 1986/1991 e 1995/2000

RMs	1986/1991			1995/2000		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
São Paulo	124.526	419.329	-294.803	142.783	510.260	-367.477
Rio de Janeiro	60.736	107.527	-46.791	70.522	135.482	-64.960
Brasília	39.946	74.360	-34.414	48.035	114.159	-66.124
Manaus	24.468	13.100	11.368	36.871	30.575	6.296
Belém	69.329	31.989	37.340	74.900	52.217	22.684
Fortaleza	137.316	41.847	95.469	95.655	60.349	35.306
Recife	84.726	43.235	41.490	70.342	49.030	21.312
Salvador	111.880	52.045	59.835	108.251	70.901	37.349
Belo Horizonte	145.143	62.638	82.505	152.081	75.126	76.955
Curitiba	125.602	41.323	84.279	140.653	60.587	80.066
Porto Alegre	165.872	87.068	78.804	144.252	106.932	37.320

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

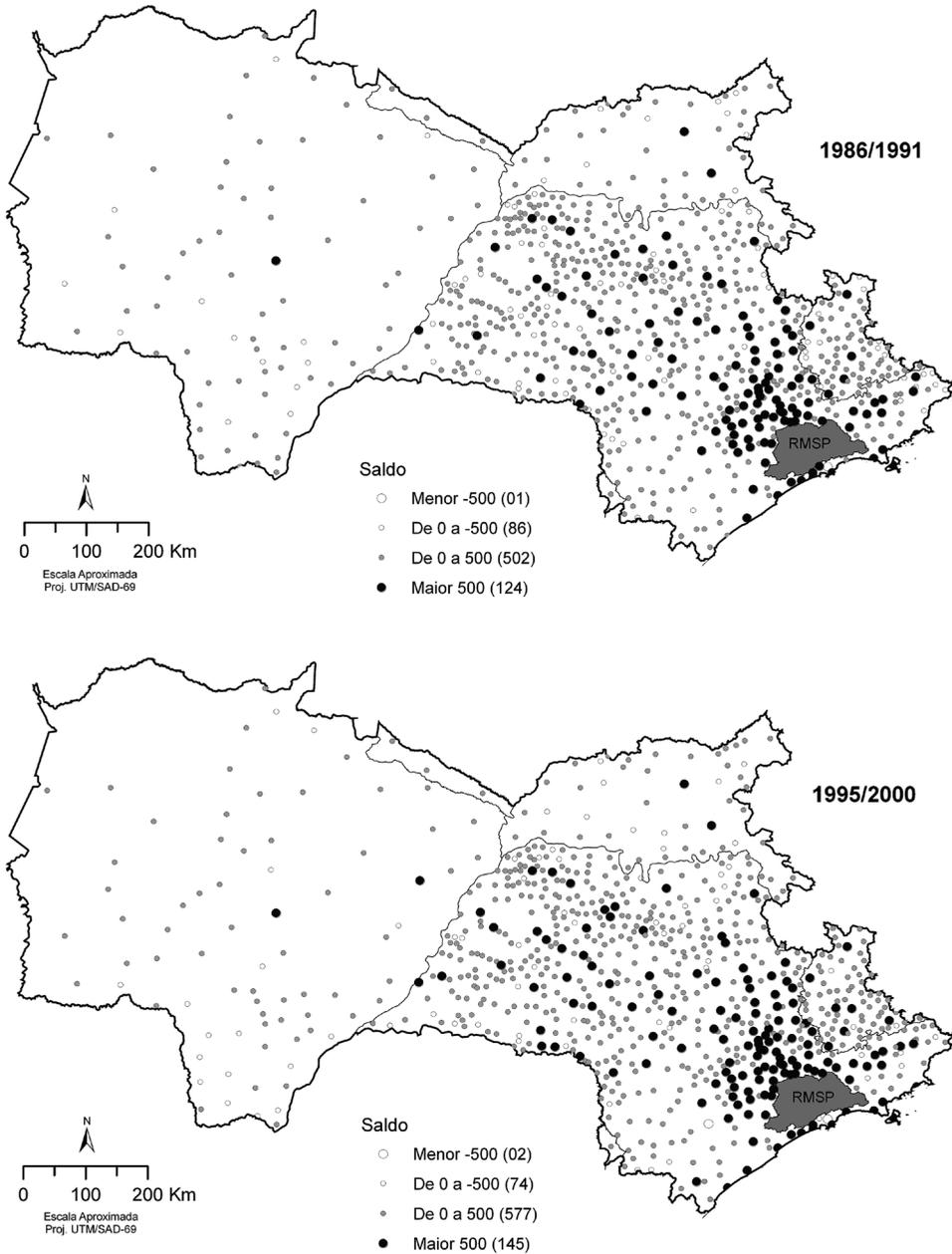
1986/1991 cerca de 410 mil pessoas emigraram da RMSP para sua Região de Influência. Entre 1995/2000 o volume desse fluxo atingia mais de meio milhão de migrantes. Nesse mesmo período, o número de imigrantes na RMSP foi inferior a 150 mil. Por outro lado, à exceção das RMRJ e Brasília, que também exibiam saldos negativos, as demais RMs analisadas apresentavam saldo positivo nos dois períodos. No entanto, mesmo que essas Regiões Metropolitanas funcionassem como núcleos de atração de população em suas respectivas Regiões de Influência (RIs), o número absoluto de imigrantes foi reduzido quando comparados os dois quinquênios. Muito mais relevante, entretanto, foi o crescimento na emigração metropolitana, observado em todas as REGICs.

Quando avaliados os vetores migratórios que representam os deslocamentos espaciais da população, nota-se um aumento generalizado no número de municípios que receberam emigrantes das respectivas Regiões Metropolitanas. Mesmo que parte desse crescimento tivesse sido resultado direto das emancipações municipais entre 1991 e 2000, o aumento da frequência e do volume de emigrantes procedentes das RMs sugere um novo arranjo na dinâmica migratória regional do país. O caso da RM de São Paulo, cujos volumes são mais expressivos, novamente deve ser mencionado. No período 1995/2000, 788 municípios da Região de Influência de São Paulo (RISP) receberam emigrados da RM, enquanto no intervalo anterior eram 702. Em alguns casos, como na REGIC de Porto Alegre, o crescimento no número de vetores foi ainda mais significativo, elevando-se de 387 de 1986/1991 para 510 municípios entre 1995/2000.

Determinadas evidências surgem quando discriminadas as trocas de população entre as RMs e os municípios das respectivas RIs. Novamente, o caso da RISP deve ser mencionado. De 1995 a 2000, como resultado das trocas de migrantes com a RMSP, foram verificados ganhos de população em grande parte dos municípios de sua Região de Influência. Como representado na Figura 2, de um total de 808 municípios que integravam a RISP, mais de 89% deles (722) exibiram saldo positivo. No quinquênio anterior, eram 626 municípios nessa condição. Apenas em alguns municípios localizados no Triângulo Mineiro e no sul de Mato Grosso do Sul foi maior a frequência de saldos migratórios negativos. No entanto, mesmo nesses espaços, bastante diferenciados geograficamente, com características físicas peculiares, como relevo, clima e hidrografia, os vínculos com a metrópole paulista também configuram campos de atração de população.

Algumas observações devem ser consideradas quando incorporada a dimensão distância na análise dos fluxos migratórios.¹² Discriminados em três Regiões de Influência, RI-1, RI-2 e RI-3,¹³ conforme *tercis* de distância em relação ao núcleo metropolitano, em vários casos, os resultados indicam um aumento no volume da população migrante que se dirigiu às áreas mais próximas da Região Metropolitana. Em todas as REGICs, nos dois quinquênios observados, mais da metade dos emigrados das RMs encaminharam-se para a sub-região RI-1. Em Brasília e Fortaleza, por exemplo, a proporção de emigrantes que se dirigiu para a RI-1, nos dois quinquênios, foi superior a 90%.

Figura 2 – Saldo migratório nas trocas entre os municípios da RISP e a RM 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Ainda que fosse esperado um maior volume de migrantes com destino a RI-1, tendo em vista a predominância da migração de curta distância, como já descrita por Ravenstein, acrescenta-se o fato de também ter ocorrido, em todas as REGICs, exceto as de Belo Horizonte e Manaus,¹⁴ um crescimento absoluto e relativo no número de imigrantes procedentes das RMs. Entre 1995/2000, dos 135.482 emigrados da RMRJ, 85.456 dirigiram-se para a RI-1, o que correspondia a 63,08%. No quinquênio anterior, essa proporção era de 52,68%. No caso de São Paulo, a proporção de migrantes com destino a RI-1 passou de 62,84% (1986/1991) para 68,19% (1995/2000), o que perfaz 347.957 pessoas de um universo de 510.260 emigrantes da RM com destino a toda a RI nesse último quinquênio.

Diante dessas evidências, o que se pode afirmar sobre a dispersão espacial do emprego

formal no Brasil contemporâneo? Uma informação relevante diz respeito aos números referidos aos trabalhadores de carteira assinada se analisados os dados da já mencionada População Ativa Formal (PAF). Os indicadores extraídos das bases da RAIS,¹⁵ que se referem a uma parcela importante da população, permitem avaliar a distribuição espacial de parte da força de trabalho. Avaliadas as séries anuais do período 1996/2005, os resultados referentes aos estoques da PAF confirmam, em certa medida, a perda relativa na participação da RMSP na REGIC de São Paulo, ainda que em termos absolutos tivesse ocorrido um importante incremento nesse decênio. Em 1996, a PAF na RMSP agregava um volume próximo a 5 milhões de pessoas, o que correspondia a 55,98% do total da REGIC (ver Tabela 2). No ano de 2005 eram pouco mais de 6,4 milhões, o que representava 51,83% de toda REGIC. Se a parcela relativa da

Tabela 2 – Número e percentual da população formal ativa na RM e nas RIs da REGIC São Paulo 1996 a 2005

Ano	RM		RI-1		RI-2		RI-3	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1996	5.306.121	55,98	2.339.810	24,68	1.046.249	11,04	786.512	8,30
1997	5.370.550	55,56	2.392.710	24,75	1.071.228	11,08	831.186	8,60
1998	5.338.769	55,09	2.437.679	25,16	1.065.011	10,99	848.673	8,76
1999	5.387.028	54,60	2.504.488	25,38	1.097.451	11,12	877.427	8,89
2000	5.603.159	54,10	2.658.119	25,66	1.169.096	11,29	926.860	8,95
2001	5.694.868	53,39	2.764.271	25,92	1.220.508	11,44	986.543	9,25
2002	5.840.923	53,01	2.860.420	25,96	1.282.877	11,64	1.034.496	9,39
2003	5.931.732	52,46	2.951.009	26,10	1.339.481	11,85	1.084.426	9,59
2004	6.198.726	51,97	3.142.180	26,34	1.429.342	11,98	1.157.174	9,70
2005	6.470.277	51,82	3.330.611	26,67	1.479.634	11,85	1.206.297	9,66

Fonte: MTE. RAIS 1996 a 2005.

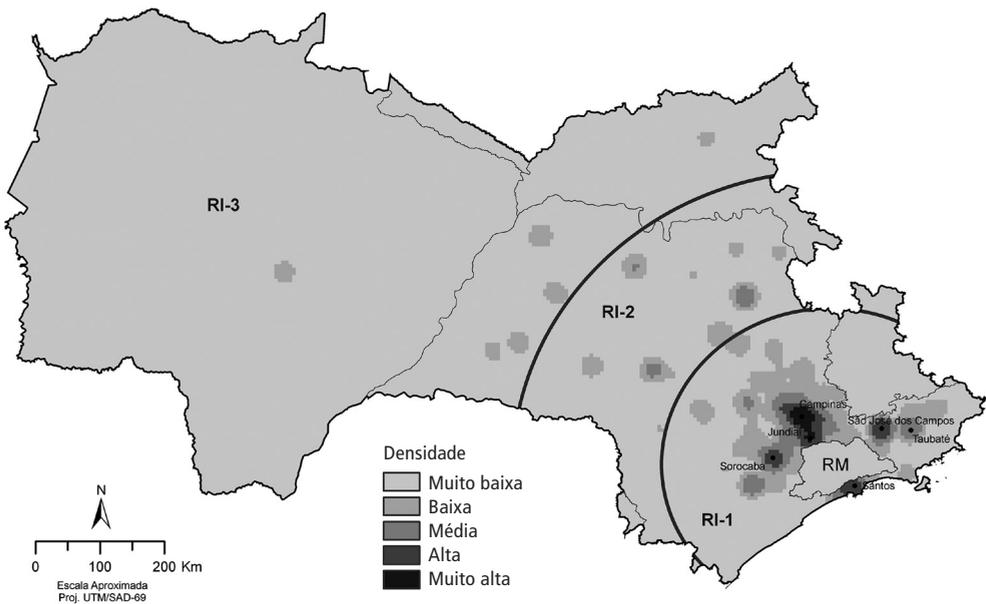
PAF na Região Metropolitana reduziu-se no decênio 1996/2005, o mesmo não ocorreu nas três sub-regiões de Influência de São Paulo. Em todas essas RIs houve um crescimento, tanto absoluto quanto relativo. Cabe, porém, citar o significativo aumento da PAF observado na RI-1. De 1996 a 2005, ocorreu a incorporação de quase 1 milhão de trabalhadores na PAF dessa sub-região, que passou a integrar 3,3 milhões de pessoas ao final do período (em 1996 eram 2,3 milhões). Em termos relativos, a RI-1, em 2005, já compreendia 26,67% da PAF total da REGIC. No ano de 1996, essa proporção era de 24,68%.

Considerados os fluxos anuais, obtidos a partir da declaração do município de trabalho, o número referente à PAF que deixou a RM evoluiu de 83.690 para 90.351 entre 1996/1997. Grande parte desses deslocamentos tinha como destino os municípios da RI-1, os quais absorviam 78,26% dos fluxos no intervalo 2004/2005 (parcela que envolvia 70.709 pessoas). No período 1996/97 essa proporção era de 70,61%, o que representa um crescimento de quase 8% nos deslocamentos da PAF para a RI de São Paulo. Nas duas outras RIs foi verificada uma redução relativa nos fluxos procedentes da RM. No caso da RI-3, observou-se uma redução no volume de trabalhadores que vieram se ocupar na região, de 10.104 entre 1996/1997 para 5.297 entre 2004/2005. Boa parte dessa diminuição ocorreu em função da diminuição nos deslocamentos para Campo Grande e área de influência, tradicional fronteira de expansão receptora de trabalhadores da REGIC de São Paulo.

A Figura 3 identifica a densidade média dos deslocamentos anuais da PAF procedentes da RMSP no período de 1996 a 2005. Nela destacam-se quatro principais eixos direcionais de dispersão, coincidentes com os principais troncos viários do estado: 1) o da via Dutra, no vale do Paraíba do Sul, cujos núcleos são Taubaté e São José dos Campos; 2) o da Anchieta/Imigrantes, na Baixada Santista, onde o papel central é exercido por Santos; 3) o da Anhanguera/Bandeirantes, cujos centros polarizadores são Jundiaí e Campinas; e 4) o da Castelo Branco, onde se destaca o município de Sorocaba. Na RI-2 e RI-3, a densidade ainda era marcada pela existência de polos de atração menos integrados, o que denotava certa “nuclearização” espacial.

Dessa forma, além dos estoques da PAF, as informações referentes aos deslocamentos espaciais também indicam um crescimento no volume da força de trabalho formal que deixou a Região Metropolitana de São Paulo. Esse crescimento no fluxo de trabalhadores para fora da Região Metropolitana parece confirmar a atratividade e o dinamismo de um grupo de municípios da Região de Influência de São Paulo, notadamente aqueles da RI-1 que formam uma “segunda” periferia metropolitana. Nesse espaço, consolidam-se centros nodais com notável função polarizadora e formam-se espaços contíguos de alta densidade que têm atraído parcelas crescentes e significativas da força de trabalho regional, inclusive aquela que, em algum momento, vinculava-se ao mercado de trabalho metropolitano.

Figura 3 – Densidade dos deslocamentos anuais médios da PAF procedentes da RM para as regiões de influência da REGIC de São Paulo 1996 a 2005



Fonte: MTE. RAIS 1996 a 2005.

Considerações finais

Existem incertezas acerca dos padrões de distribuição espacial da população brasileira. A crença na suposta reversão da polarização ou mesmo de desconcentração espacial, como sugerida por determinados autores e proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado pouco adequada à análise do caso brasileiro. Contudo, a progressiva queda no peso econômico e demográfico dos principais centros urbanos do país, bem como a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais Regiões Metropolitanas, requer um maior aprofundamento na avaliação de novas tendências e padrões na distribuição espacial da população brasileira.

As últimas três décadas do século passado são decisivas na análise da dinâmica demográfica brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico do país, de outro lado, as migrações internas tornaram-se fundamentais para entender o processo de redistribuição espacial da população. A partir da década de 1970, como resultado da dinâmica migratória interna, ampliaram-se as evidências acerca da redução do peso relativo das metrópoles. Mesmo que as metrópoles e suas periferias continuem atraindo expressivos contingentes demográficos, a intensificação nos fluxos de emigrantes tem refletido diretamente no crescimento demográfico de vários núcleos urbanos fora das principais

Regiões Metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas Regiões de Influência.

Os resultados obtidos neste trabalho não confirmam a integralidade da reversão da polarização nos termos de Richardson, nem a suposta desconcentração econômico/demográfica destacada por Redwood III, entre outros, mas oferecem claros sinais de dispersão espacial da população, já proeminente em determinados casos, como na Região de Influência de São Paulo. Ainda que as maiores Regiões Metropolitanas brasileiras tenham mantido sua centralidade regional – o que torna equivocada absolutizar o processo de desconcentração espacial –, o crescimento demográfico acelerado de vários pontos da rede urbana brasileira têm feito aumentar sua participação na atração de migrantes, o que indica uma redistribuição espacial da população no interior das Regiões de Influência das principais metrópoles do país.

No caso da Região de Influência de São Paulo, os efeitos dessa dispersão espacial da população mostram-se mais consolidados, sobretudo no interior da rede de cidades mais próximas à capital. A denominada Região de Influência 1 (RI-1) compreende muitos municípios que têm atraído um crescente número de pessoas que deixaram a RMSP. O volume

desses fluxos direcionados aos principais polos de atração da região foi tão expressivo que reduziu os escores de distância ponderada, o que sugere tratar-se de uma forma de *dispersão polinucleada* (Lobo, 2009), por onde se observam claros sinais de expansão no interior da Região de Influência, para além dos modestos 150 km do campo aglomerativo de Azzoni.

Outra conclusão deste trabalho refere-se à necessidade de se utilizarem ferramentas de geoprocessamento na análise espacial, ainda pouco exploradas na Economia, na Demografia e na Geografia. O estudo dos fluxos migratórios associados à variável distância é um exemplo das possibilidades oferecidas às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Ambientais. O recorte espacial oferecido pelas Regiões de Influência das Cidades, proposto pelo IBGE, mesmo que seja passível de críticas pontuais tendo em conta os conceitos adotados e os elementos metodológicos utilizados, permite uma análise diferenciada das tradicionais abordagens desenvolvidas pela Economia. Por último, cabe também destacar a importância, notadamente para a Geografia da População e os estudos relativos às migrações, de se explorar mais acuradamente as bases de dados extraídas de fontes como o Censo Demográfico e a RAIS. São possibilidades que ganham relevância tendo em vista o novo Censo de 2010.

Carlos Lobo

Doutor em Geografia. Fundação João Pinheiro. Universidade Federal de São João Del-Rei. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

cfflobo@yahoo.com.br

Ralfo Matos

Doutor em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ralfomatos@yahoo.com.br

Notas

- (1) Cabe, contudo, expor algumas considerações iniciais. Uma primeira refere-se à adoção da Região Metropolitana (RM) como centro de dispersão. Ainda que outras pesquisas tenham considerado o núcleo e a periferia como entidades distintas e separadas, optou-se em manter a unidade dessas regiões, tendo em vista tratar-se, em geral, de espaços com razoável contiguidade física e forte nível de interdependência, tanto econômica, quanto política. Mesmo que existam diferenças quando comparadas as diversas Regiões Metropolitanas no Brasil, resultado de critérios distintos na delimitação e definição dos municípios que integram cada uma delas, parece pouco razoável não considerar as RMs em sua integralidade. Veja os exemplos de São Paulo/Guarulhos, Rio de Janeiro/Niterói, Belo Horizonte/Contagem, etc. Embora sejam unidades políticas e administrativas distintas, são espaços altamente articulados, cujas inter-relações justificaram o próprio estabelecimento das Regiões Metropolitanas. Outro ponto diz respeito à não adoção de um único núcleo polarizador. Em estudos anteriores, foi comum a utilização de São Paulo, seja o município, RM ou Estado, como centro aglutinador, a partir do qual era avaliada a suposta desconcentração espacial. Contudo, parece pouco plausível supor que a aceleração do crescimento demográfico das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Salvador, por exemplo, possa representar um quadro de desconcentração espacial da população. Além do mais, São Paulo e região mantiveram sua relevância demográfica e econômica e ainda exercem forte influência em grande parte do território nacional. A análise centrada nas Regiões de Influência das principais regiões metropolitanas do país pode conduzir a resultados mais consistentes e coerentes com a realidade atual. Mais que uma ampliação de escala, essa abordagem regional permite identificar processos espaciais que ocorrem em níveis hierárquicos inferiores, mais próximos das relações que se estabelecem entre os centros regionais e os demais municípios de sua área de influência. Outro aspecto que também não deve ser ignorado refere-se à reduzida série histórica dos dados referentes aos movimentos migratórios. Ante a necessidade de utilização dos fluxos intermunicipais, a análise restringiu-se aos dois quinquênios dos últimos intervalos censitários (1986/1991 e 1995/2000). Assim, a identificação de tendências muito definidas em duas contagens consecutivas não é de todo conclusiva, mas convém não desconhecer que esse período foi de forte desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles brasileiras.
- (2) Na literatura econômica, como indicado por Lo e Salih (1991), são listadas as seguintes condições para a ocorrência do processo de reversão da polarização: a) existência de pleno emprego (o que pode fomentar os fluxos migratórios procedentes de áreas rurais); b) aparecimento

de deseconomias de aglomeração (o que faria com que novos empreendimentos buscassem as regiões periféricas); c) ocorrência de efeitos de espraiamento em larga escala; d) aumento da complexidade organizacional nas atividades empresariais.

- (3) Richardson analisou os casos do Japão e da Coreia, onde teria verificado o processo de reversão da polarização. Contudo, a experiência americana, com a perda expressiva de população das grandes cidades do Nordeste e o grande crescimento dos centros do Sul do país, é aquela que mais se aproxima do modelo proposto.
- (4) Townroe e Keen, além de calcularem índices de reversão da polarização, sugerem certa dualidade dos fatores que levam à concentração das atividades econômicas, representados pelo papel concentrador de determinadas forças sociais e econômicas, que a partir de um ponto passariam a atuar na direção oposta: da desconcentração. A transição demográfica, os graus de desigualdade social e econômica, os padrões de desenvolvimento rural e as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações podem incrementar ou não a concentração na distribuição da população urbana.
- (5) Uma constatação feita por Redwood III foi a redução na participação do estado de São Paulo na produção industrial nacional, que passou de 48,3% em 1970/75 para 47,3 em 1980. Esse autor também chama a atenção para a queda na proporção do emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo, que reduziu de 70,7% em 1959 para 63,3% em 1977/79. Na área de influência da RMS, a tendência foi inversa, com valores relativos que subiram de 29,3% para 36,4% no mesmo período.
- (6) Para Negri (1996), a abordagem de Azzoni constitui-se, na verdade, uma crítica aos pressupostos metodológicos dos economistas da polarização reversa, mas não transcende esse quadro e busca indicar que a perda de importância relativa da região metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento do interior do estado. De acordo com esse autor, há ainda várias questões a serem qualificadas. Em primeiro lugar, a análise locacional deixa de lado uma série de contribuições novas da moderna organização industrial (formação de oligopólios e barreiras comerciais; novas estruturas de mercado; novos padrões de competições capitalistas; e diversificação da produção visando ocupar mercados potenciais). Em segundo, houve subestimação da ação do Estado, cujos investimentos diretos e desdobramentos nem sempre são ditados pelas regras de mercado. Por último, a existência de um conjunto de outras determinações externas à indústria e ao plano microeconômico das decisões locais, que também se constituíram em determinantes específicos de desconcentração.
- (7) Para Diniz o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até finais da década de 1960, iniciou-se em um primeiro momento o processo de reversão dessa polarização. Entretanto, o processo de desconcentração não teria ocorrido de modo ampliado e sim em espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades, refletindo, sobretudo, o espraiamento para o interior de determinados estados brasileiros. Em uma segunda fase, ocorreria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte.
- (8) As redes urbanas podem ser expressas mediante técnicas que combinam um grande número de dados econômicos, sociais e geográficos, preferentemente transcritos em intensidades variáveis de fluxos entre as localidades. O dado populacional está sempre presente nas formulações teóricas e é sempre utilizado em qualquer técnica de regionalização, não raro substituindo variáveis

de fluxos inexistentes. Sobre os significados da população enquanto variável-controle, especialmente das populações em movimento, convém observar que elas não só exprimem a sociedade, a cultura e a ação política, real ou virtual, mas impactam também os ambientes onde se reproduzem, por constituir força de trabalho e mercados de consumo, fatores-chave para a geração de riqueza. Ademais, o estudo das populações, sobretudo com base em dados censitários, permite conhecer em detalhe diversas características dos fluxos de pessoas entre as localidades, pré-requisito para a formação de redes geográficas e redes sociais (Matos, 2003).

- (9) Para Ravenstein (1980, p. 26), as grandes cidades “proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar”. Para o autor, outros aspectos que também induzem a migração são as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carestia de vida.
- (10) Na discussão sobre os fatores que atuaram na quebra do padrão concentrador, vários autores chamam a atenção para o perfil de desenvolvimento rural e urbano, as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional. De acordo com Matos (2003), novas abordagens devem levar em conta as alterações recentes no padrão migratório brasileiro, marcado pela perda de primazia dos fluxos do campo para a cidade e pela dinamização da rede urbana. Em grande parte, essas mudanças respondem à difusão de determinadas possibilidades oferecidas na periferia e novos fluxos migratórios podem se reorientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes nas cidades secundárias.
- (11) Conforme Carvalho e Rigotti (1998), as informações obtidas a partir desse quesito referem-se ao conceito de migrante semelhante àquele implícito no saldo migratório por técnica indireta. Dessa forma, o migrante de data fixa é definido como a pessoa que residia em locais diferentes no início e ao final do quinquênio considerado.
- (12) É importante destacar que parte do incremento no volume de emigrantes metropolitanos pode ser explicada pelo próprio aumento no estoque de população residente, consequência direta do crescimento demográfico verificado no intervalo entre os dois levantamentos censitários.
- (13) Convém observar que, ao trabalhar com o fator distância, vários aspectos geográficos das Regiões de Influência explicam, direta ou indiretamente, possibilidades de trajetórias migratórias consideradas a origem e destino dos migrantes. Nas Regiões de Influência com vários municípios localizados na faixa litorânea, por exemplo, há interferência de atributos relativos às condições morfoclimáticas, aos recursos naturais disponíveis e a fatores culturais. Já nos espaços interiores, também há barreiras físicas similares e/ou específicas que podem restringir e/ou favorecer a imigração.
- (14) Tendo como base o recorte cartográfico referente à divisão político-administrativa de 2000, adotado no Censo Demográfico de 2000, utilizou-se como referência as coordenadas geodésicas de referência da sede municipal do core metropolitano, de acordo com critérios estabelecidos pelo próprio IBGE. A partir desse ponto, para cada uma das REGICs, foram identificadas as distâncias em linha reta em relação à sede de cada município. O conjunto desses valores permite agrupar os municípios de cada REGIC conforme tercios de distâncias, denominados de RI-1, RI-2 e RI-3 (o primeiro é formado pelos municípios mais próximos do Core Metropolitano e o último pelos mais distantes). Dessa forma, cada uma das RIs compreende aproximadamente 1/3 dos municípios de cada REGIC em 2000. Por exemplo, na REGIC de São Paulo as sub-regiões RI-1, RI-2 e RI-3 possuem 270, 269 e 269 municípios, respectivamente. As distâncias em relação a

São Paulo são obtidas pelos seguintes raios de circunferência: RI-1 ⇨ até 240,32 km; RI-2 ⇨ de 240,33 km a 453,52 Km; e a RI-3 ⇨ mais de 453,53 km.

- (14) Nesses dois casos, a pequena queda na proporção de migrantes metropolitanos na RI-1 parece ser um reflexo da estrutura e organização espacial da rede de cidades de cada REGIC, bem como de características geográficas singulares. Na RI de Belo Horizonte, um aspecto que provavelmente influencia essa dispersão da migração associa-se ao fato de que boa parte das Capitais Regionais localiza-se nas RI-2 e RI-3, que atuam como importantes centros de atração de população. Das seis Capitais Regionais consideradas pelo IBGE, excluídos os municípios de Uberlândia e Juiz de Fora (que integram as REGICs de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente), apenas Divinópolis e Ipatinga compõem a RI-1. Já na RI de Manaus o quadro é ainda mais distinto. Além de uma dispersão relativa à própria estrutura da rede urbana regional, fortemente limitada pelas condições naturais, o principal centro de polarização da RI é Boa Vista (RR), muito além dos 303,82 km que delimitam a RI-1 Manaus.
- (15) A Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) foi instituída pelo Decreto n. 76.900, de 2 de dezembro de 1975. Originalmente, a RAIS foi criada para obter informações acerca da entrada da mão de obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, úteis ao controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. A RAISMIGRA é uma base de dados derivada do registro da RAIS e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos empregatícios. Trata-se de uma forma de levantamento censitário de registro administrativo. Contudo, essa cobertura é variada no tempo e espaço. De acordo com o próprio MTE, a cobertura atual dessa base oscila em torno de 97% do universo do mercado formal brasileiro (MTE, 2009).

Referências

- AZZONI, C. (1986). Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, São Paulo, IPE/USP, n. 58, pp. 1-176.
- BAENINGER, R. (1998). A nova configuração no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, *Anais*, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pp. 729-772.
- BRITO, F. (2006). O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, pp. 221-236.
- CANO, W. (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: IV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, *Anais*. Olinda, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pp. 67-100.
- _____ (1998). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp.

- CARVALHO, J. A. M. e RIGOTTI, J. I. (1998). Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. *Anais*. Curitiba, Iparde/ABEP, pp. 211-227.
- CORRÊA, R. L. (1995). Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, pp. 83-102.
- _____ (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- DINIZ, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia - Revista de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, pp. 35-64.
- IBGE (2007). *Região de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6/>>. Acesso em 10 mar. 2009.
- LEE, E. S. (1980). "Uma teoria sobre migração". In: MOURA, H. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza, BNB, ETENE.
- LO, F. e SALIH, K. (1991). "Growth poles, agropolitan development and polarization reversal: debate and search for alternatives". In: STOHR, W. e TAYLOR, D. *Development from about or from below? The dialectics of regional plane in developing countries*. Nova York, John Wiley & Sons.
- LOBO, C. (2009) *Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte. Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais.
- MARTINE, G. (1994). A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Textos para Discussão 329. Brasília, IPEA, pp. 1-43.
- MATOS, R. (1995). Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, pp. 35-58.
- _____ (2003). O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. *Cadernos do Leste*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, pp. 1-51.
- _____ (org.) (2005). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, C/Arte.
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (2009). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 8 abr 2009.
- NEGRI, B. (1996). *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, Ed. Unicamp.
- PACHECO, C. A. e PATARRA, N. (1997). "Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?" In: PATARRA, N. (org.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas/SP, Unicamp.
- RAVENSTEIN, E. G. (1980). "Leis da migração". In: MOURA, H. (coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ETENE.
- REDWOOD III, J. (1984). Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*. Santiago, v. 11, n. 32.
- RICHARDSON, H. W. (1980). Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*. Los Angeles, v. 45, pp. 67-85.

- RIGOTTI, J. I. R. (1999). *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade Federal de Minas Gerais.
- SANTOS, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SINGER, P. (1973). *Economia política da urbanização*. São Paulo, Hucitec.
- TOWNROE, P. e KEEN, D. M. (1984). Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*. Cambridge, v. 18, n. 1.
- UNITED NATIONS (2008). *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 2*. New York.

Texto recebido em 22/fev/2010

Texto aprovado em 2/jun/2010